



O GOVERNO PETISTA BAIANO É A LOCOMOTIVA DO TREM DO GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL

O AGANJU – Afro Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica, organização negra dedicada à atuação no combate ao racismo no campo do Direito e Relações Raciais, fundado em 2001, vem à público se posicionar sobre a onda de agravamento das ações policiais letais[2] no estado da Bahia, nas últimas semanas. A Bahia, mitologizada como encantadora e paradisíaca pelo imaginário da democracia racial e pela ideia de “cordialidade e baianidade nagô” folclorizada por escritores, artistas, marketeiros, políticos e pelo trade de turismo e hotelaria, vive dias de intensificação do Terror Racial e aceleração sem precedentes do Genocídio que se abate sobre o povo negro em suas comunidades populares mais vulneráveis.

Logo após o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgar o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública[1], no último dia 20 de julho de 2023, confirmando a escalada da letalidade policial no estado da Bahia, e o atingimento da liderança do ranking funesto, com o registro de 1464 mortes em ações policiais, assistimos, perplexos, a duas manifestações graves por parte do governo petista baiano.

A primeira manifestação oficial do governo, chocou a todas as pessoas pelo tom autoritário de reafirmação da política de segurança pública centrada na lógica de maximização do confronto, ainda que isso custe vidas inocentes e dissemine o terror nas comunidades negras das periferias baianas. Em nota encaminhada à imprensa[2] a Secretaria de Segurança Pública reafirma a escolha pelo confronto, desqualifica a pesquisa e afirma que os mortos são bandidos. Diante dos dados sistematizados por instituições de pesquisa de alta credibilidade pelos procedimentos metodológico-científicos adotados, assiste-se ao triunfo do negacionismo oficializado pelo governo baiano.





A segunda manifestação, de natureza oficiosa, vem se apresentando através da escalada de ações letais promovidas em incursões policiais controversas, questionadas por familiares, vítimas e testemunhas que apontam ilegalidades, abusos e execuções sumárias. Desde a divulgação do Anuário e a resposta desconcertante do governo estadual, foram mortas 31 pessoas[1], incluindo uma criança de 10 anos vários adolescentes. Parece existir uma decisão política da gestão estadual de reafirmar a violência letal como carro-chefe de sua política de segurança pública. Esta situação chamou a atenção da imprensa nacional e até mesmo da ONU, que se pronunciou exigindo medidas de interrupção das matanças.

Num estudo realizado pela Rede de Observatórios de Segurança, denominado Pele alvo: a cor que a polícia apaga[1], constata-se que de cada 100 mortos pela polícia baiana, 98 são pessoas negras. Em Salvador, este índice chega a 100%.

Não se trata, apenas, de violência policial letal. Trata-se de violência racial letal. Parte da maioria negra excluída e marginalizada, nesta Bahia desigual e controlada por uma elite econômica, política e intelectual branca, paga com a vida o preço da manutenção deste modelo preservado por todas as forças políticas e partidárias que se alternaram no poder. Trata-se de genocídio negro. Trata-se de terror racial como prática cotidiana de controle político e permanente intimidação. Trata-se de um permanente estado de exceção e de uma extravagante “democracia genocida”!

Estes números não podem ser tratados como mera estatística ou alguma fatalidade incontornável decorrente do “racismo estrutural”, da “guerra às drogas” ou de qualquer outra explicação simplista que desonera as responsabilidades governamentais, como o aumento da violência por conta do bolsonarismo ou da disseminação de armamento entre a população. O que ocorreu nestes últimos dias sequer pode ser apresentado como uma extravagância circunstancial, um ponto fora da curva ou um acontecimento excepcional. Basta dividirmos o total de vítimas letais durante o ano de 2022, 1464, pelo número de semanas do ano, 52, para alcançarmos a chocante média mensal de mais de 28 mortes por semana.





A sequência de estudos realizados anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que este resultado decorre de uma política pública em curso. Pesquisadores da temática apontam as responsabilidades governamentais das gestões petistas por suas escolhas políticas.

Vejam o que disse o insuspeito Secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, em março de 2022, na condição de professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e pesquisador do Núcleo Justiça Racial e Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), numa matéria jornalística:

De 2007 para cá, não existe no governo do Wagner e Rui Costa uma mudança política muito significativa, nem na segurança pública”, aponta Felipe Freitas, “Apesar de a gente ter assistido nesses anos um fortalecimento das instâncias de direitos humanos, com a possibilidade de um diálogo maior com as organizações, não há a produção de um novo modelo de polícia, não há, sobretudo desde a Chacina do Cabula, uma condenação pública do governador às práticas de violência policial e não há um instrumento de governança, ou seja, uma Corregedoria de Polícia que tenha oferecido resposta a esses casos emblemáticos.

(...)

Está errada a direita quando diz que o problema da criminalidade é das facções, com o estímulo à guerra às drogas, que só vai se resolver quando a gente descriminalizá-las, mas também está errada a esquerda que trabalha como se o problema fosse a violência policial só em operação. Isso no discurso, porque nem na prática os governos de esquerda estão combatendo [a violência]

(...)

Está errada a direita quando diz que o problema da criminalidade é das facções, com o estímulo à guerra às drogas, que só vai se resolver quando a gente descriminalizá-las, mas também está errada a esquerda que





que trabalha como se o problema fosse a violência policial só em operação. Isso no discurso, porque nem na prática os governos de esquerda estão combatendo [a violência]

(...)

Os grupamentos especializados deixaram de ser apenas o desenvolvimento do conjunto de técnicas específicas e passaram a ter certa autonomia em relação ao comando, como se fosse uma outra polícia. Não é incomum você ouvir, por exemplo, dentro de uma comunidade popular alguém dizer que a Polícia da Caatinga [Companhia Independente de Policiamento Especializado – Caatinga (CIPE/Caatinga)], que é o nome de um dos grupamentos especializados, vem aí. Ou seja, a Polícia da Caatinga parece ser uma outra polícia e é de fato porque, de certo modo, não fica submetida ao mesmo regramento dos outros policiais, isso chega até a ser ilegal, mas é o que acontece.

A declaração do respeitado pesquisador e atual Secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos atesta a percepção dos movimentos sociais das vítimas e familiares de violência estatal, bem como das organizações negras e populares que se mantêm independentes do governo petista baiano. Desde 2007, em diversas reuniões realizadas com os governadores Jaques Wagner e Rui Costa, além de secretários estaduais de segurança pública, justiça e direitos humanos e igualdade racial, foram apresentadas denúncias de diversos episódios e uma série de proposições de mudanças dirigidas à reformulação e democratização das políticas de segurança pública na Bahia.

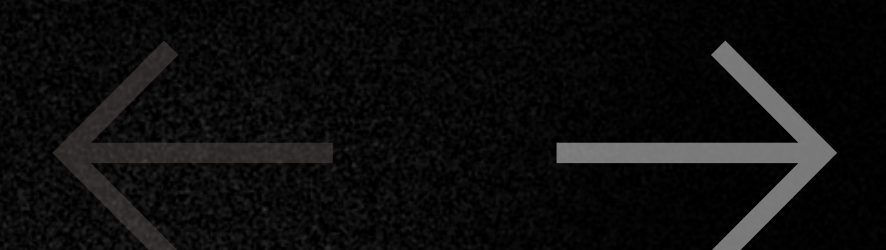
Além de ignorar as propostas, os governos petistas optaram por implementar medidas que agravaram os vícios e problemas apresentados pelas corporações policiais baianas. Num rápido resumo, podem ser apontados diversos exemplos:

- O Governador Jaques Wagner retirou a autonomia do GERCE, que investigava a atuação dos grupos de extermínio, em grande medida compostos por policiais, remanejando-o para o DCCV;





- Os governadores Wagner e Rui Costa recusaram-se a abolir os autos de resistência e criaram e ampliaram grupamentos policiais de alta letalidade, voltados para o confronto, a exemplo da RONDESP, PETO, BOPE, PATAMO e instituíram política de militarização e ocupação territorial de comunidades negras, através de sua versão das UPPs, aqui chamadas de Bases Comunitárias, bem como adotaram políticas de estigmatização e estímulo à violência policial, a exemplo da famigerada Cartilha da Tatuagem e o Baralho do Crime;
- O Governador Rui Costa assumiu ativamente política de segurança pública conservadora[1], celebrou a chacina do Cabula, através de metáfora futebolística, e durante suas gestões assumiu a pauta do populismo punitivista apoiando publicamente o projeto de lei apresentado por Sergio Moro, chamado de pacote anti-crime, implantou um contestado programa de reconhecimento facial, além de ter atacado as organizações de defesa dos direitos humanos, as audiências de custódia e aprovado normativa determinando que os crimes contra a vida praticados por policiais fossem apurados pela própria corporação, etc;
- O Governador Rui Costa, desde maio de 2021, sabotou a implementação das câmeras corporais nos uniformes dos policiais baianos. Esta medida básica segue adiada indefinidamente, há mais de dois anos;
- Os gestores petistas silenciaram diante de dezenas de casos de violência policial e chacinas. Assassinatos de crianças, como Joel, Ryan, Micael, Gabriel, Geovanna, chacinas do Cabula, chacina da Gamboa, chacina dos ciganos; episódios gravíssimos, como a tortura praticada contra a Yalorixá Bernadete de Souza, colocada por policiais militares sobre um formigueiro, o sequestro e assassinato de Geovane Mascarenhas, nas dependências de uma unidade da RONDESP, o sequestro e assassinato de Davi Fiúza, num





- **iniciação de policiais militares”, o assassinato do militante de direitos humanos Pedro Henrique, a vitimização de Jussileni Santana Juriti, mulher negra grávida baleada, com perda do feto etc.**

Diante do exposto, é preciso afirmar que o governo petista baiano é indefensável e sua política de morte precisa ser interrompida. Medidas urgentes de reorientação da política de segurança pública devem ser adotadas, além de rigorosa investigação imparcial e responsabilização dos envolvidos em atos ilegais em toda a extensão da cadeia de comando.

Por fim, se impõem medidas enérgicas imediatas e de médio e longo prazo. A implementação imediata das câmeras corporais nos uniformes dos policiais deve ser assegurada. É preciso instituir um Gabinete Emergencial de Crise, composto por representações governamentais, por familiares e vítimas da violência estatal, dos movimentos sociais, de organizações do sistema de justiça e das universidades para formular reorientação das políticas de segurança pública adotadas na Bahia. É necessário constituir uma Comissão da Verdade e Reparação para analisar todos os episódios não apurados de violência policial verificados nos últimos dezessete anos, escutar os familiares e as vítimas remanescentes e encaminhar proposições que efetivem as devidas apurações de responsabilidades, bem como medidas reparatórias para as famílias e vítimas da violência policial na Bahia.

Se impõe como imperativo ético-político a resistência, a mobilização e o apoio às vítimas e seus familiares, que além da dor da perda ainda se deparam com a criminalização indevida de seus entes queridos, bem como às comunidades negras fustigadas pelas patas brutais da besta feroz comandada pelo governo baiano. O genocídio negro nunca é um problema paroquial, pois fere cada pessoa e cada comunidade negra em todo o Brasil e em todo o mundo. Por isso, esta denúncia deve reverberar nacional e internacionalmente.

Salvador, 07 de agosto de 2023